

Semear esperança a partir das cidades

João Ferrão

(Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

Entre crises e transições: as cidades numa difícil encruzilhada

Ao sugerirem o título “Cidades de Esperança, Esperança nas Cidades. Para um futuro melhor em tempos de desigualdades, mudanças e desencantos”, os organizadores do encontro lançaram-me um repto claro: como construir, em tempos marcados por desigualdades, mudanças e desencantos, futuros mais esperançosos a partir das cidades?¹

De facto, vivemos tempos conturbados, caracterizados, simultaneamente, pela ocorrência de sucessivas crises de âmbito global e pelo reconhecimento da necessidade de as sociedades atuais efetuarem transições profundas em múltiplos domínios.

Nas últimas duas décadas fomos afetados por crises bem conhecidas: financeira, humanitária (refugiados), pandémica, climática e geopolítica, para referir as mais relevantes. Os choques externos desencadeados por cada uma destas crises em diferentes países e regiões do globo têm sido intensos. E as relações de interação que muitas vezes se estabelecem entre várias delas ampliam ainda mais esses impactos, conferindo-lhes uma natureza sistémica.

Ao mesmo tempo, generalizou-se o reconhecimento de que é necessário impulsionar de modo proactivo diversas transições: ecológica, energética, digital, económica, demográfica, democrática, etc. Estas transições visam acelerar transformações estruturais em prol de um novo ciclo de desenvolvimento global, mais sustentável, inclusivo e próspero.

¹ O texto que se segue retoma ideias e argumentos que tenho vindo a desenvolver noutros textos, alguns já publicados e outros no prelo. O foco e a estrutura desta versão decorrem, no entanto, do repto que nos foi lançado.

Este impulso transformador confronta-se, no entanto, com os impactos sistémicos das várias crises em curso, que dificultam a concretização das alterações visadas. Talvez a mudança de designação operada pelo governo americano, substituindo o nome de Ministério da Defesa por Ministério da Guerra, reflita simbolicamente estes tempos conturbados: estamos em 'guerra', em muitas 'guerras', umas impostas, outras desejadas, umas dispensáveis, outras necessárias.

Neste contexto de 'múltiplas guerras', há duas tendências que se destacam e se entrecruzam: a crescente imprevisibilidade quanto ao futuro e a crescente centralidade das cidades enquanto arenas de construção do futuro. De facto, as cidades emergem, neste caso, como decisivas por, pelo menos, três razões: porque o avanço da urbanização constitui um traço estrutural das sociedades contemporâneas, nada fazendo prever a sua inversão ou sequer uma desaceleração relevante desta tendência secular; porque as cidades, pelas suas características, estão sobre-expostas aos choques externos decorrentes das várias crises; e porque as cidades concentram em si os recursos estratégicos mais relevantes para concretizar várias das transformações estruturais desejadas.

Como construir, então, futuros mais esperançosos a partir das cidades em tempos marcados por crises sistémicas e transições necessárias? Ou, como refere o título escolhido pelos organizadores deste encontro, em tempos de desigualdades, mudanças e desencantos? Darei o meu contributo para este debate com base na apresentação sequencial de quatro mensagens.

A construção de futuros urbanos: um jogo desigual

Em tempos turbulentos como os atuais, não é necessário relembrar, como vários autores o fizeram ao longo das décadas de 60 e 70 do século passado, que "o futuro não se prevê, constrói-se". Mas quem constrói o futuro e de que futuro estamos a falar?

Em textos anteriores tenho vindo a distinguir três tipos de futuros². Em primeiro lugar, os futuros que, sendo previsíveis, são indesejados: é o caso do aquecimento global e consequentes alterações climáticas, do envelhecimento demográfico, do agravamento das desigualdades sociais, da perda de biodiversidade, etc.

Em segundo lugar, os futuros desejados, enunciados em agendas, estratégias e visões, umas de âmbito supranacional (global, europeu), outras relativas a países ou cidades particulares. As últimas décadas têm sido, aliás, particularmente férteis no que diz respeito à produção de agendas urbanas temáticas (cidades sustentáveis, circulares, amigas das crianças, etc.) e de conceitos novos (cidade compacta, cidade suave, cidade esponja, etc.).

Por último, a ideia de futuros prefigurados, isto é, futuros utópicos, apenas em parte intuídos e por isso ainda sem uma definição clara. A criação de 'laboratórios urbanos', que estimulam a experimentação e replicação de novas soluções para as cidades e de novas visões sobre as cidades, a par da proliferação de iniciativas alternativas não institucionalizadas, de base comunitária, contribuem para a emergência deste terceiro tipo de futuro.

O futuro das cidades, de cada cidade, resultará da conjugação destes três futuros, todos eles associados a incógnitas profundas quanto ao peso relativo de opções institucionais, coletivas e individuais: ação *versus* inação; visão estratégica *versus* reações casuísticas; disrupção *versus* manutenção do *statu quo*. A resolução destas incógnitas depende, como sempre sucedeu ao longo da história da humanidade, de um jogo complexo e assimétrico de poder, conhecimento e recursos por parte dos vários atores com impacto na evolução das cidades.

Em abstrato, poderá dizer-se que, em cada momento, o resultado do jogo 'Cidade' está em aberto. Mas num contexto marcado por atores com interesses, perspetivas e preferências não só distintos, mas muitas vezes contraditórios e mesmo antagónicos,

² Por exemplo, Ferrão, João (2024). *Para um Planeamento Territorial Esperançoso*, Consequência Editora, Rio de Janeiro.

difficilmente haverá situações em que todos ganham ou até jogos de soma zero, isto é, em que os benefícios de uns correspondem às perdas de outros. De facto, os protagonistas deste jogo, uns locais, outros externos, dispõem de cartas e de capacidades demasiado desiguais, o que condiciona de modo significativo o leque de possibilidades em termos de resultados finais. Esta afirmação suscita uma *primeira mensagem: a necessidade imperiosa de assegurar uma agência plural e inclusiva na construção de futuros urbanos.*

Religar a cidade em tempos de deslaçamento social: um imperativo urgente

Haverá, então, razões para falar de Cidades de Esperança, de Esperança nas Cidades?

Na verdade, há vários motivos para olhar para as cidades como lugares de esperança. O mais importante é, sem dúvida, a sua capacidade potencial de estimular dinâmicas individuais e coletivas de covitalidade, pela dimensão e diversidade que possuem e pela densidade de interações interpessoais e interorganizacionais que proporcionam. Não se trata apenas de reconhecer que as cidades são, para muitos, lugares de oportunidade. Trata-se, mais do que isso, de compreender que a convergência de fatores como escala, massa crítica, complementaridade e serendipidade (a ocorrência de “acazos felizes”) alimentam dinâmicas de covitalidade, em que diferentes fatores se potenciam reciprocamente de forma positiva, dinâmicas essas que são difíceis de encontrar em localidades de menor dimensão. E estas dinâmicas de covitalidade são essenciais para o avanço da criatividade, da inovação, de situações regeneradoras de natureza disruptiva e transformadora. Este é o verdadeiro traço distintivo das cidades, que importa preservar e renovar permanentemente.

Sucede, porém, que vivemos hoje processos persistentes de deslaçamento social que impedem a concretização plena desse potencial de covitalidade. Este deslaçamento resulta da convergência de vários fatores. Salientaremos três. Por um lado, o agravamento das situações de polarização, desigualdade, guetização e exclusão, que fragmentam a cidade enquanto realidade socioespacial. Por outro, a crescente desfiliação social que resulta do avanço do individualismo, da desconfiança no ‘outro’ e

nas instituições, da transferência de modos de sociabilidade baseados em interações diretas para os vários mundos virtuais, das tecnologias digitais e das redes sociais. Por último, a afirmação de quotidianos vorazes, marcados pelo imediatismo e pelo consumo, onde tudo tem de ser rápido, acelerado e em permanente atualização, imprimindo superficialidade e volatilidade às relações entre indivíduos, grupos, instituições e lugares.

Deste conjunto de observações resulta uma *segunda mensagem: a urgência de religar a cidade de forma a libertar a sua capacidade potencial de estimular dinâmicas individuais e coletivas de covitalidade*, condição essencial para construir futuros mais esperançosos.

A democracia urbana como condição de covitalidade urbana virtuosa e duradoura

Mas o que significa 'religar a cidade'? Na sua formulação mais simples, trata-se de intensificar e densificar relações sociais transformadoras em quatro planos simultâneos e complementares: entre pessoas e entre grupos; entre pessoas e natureza; entre pessoas e instituições; e entre pessoas e lugares. Esta intensificação e densificação de relações sociais transformadoras pressupõe, no entanto, uma condição básica: o reforço da democracia urbana. Chegamos, assim, a uma *terceira mensagem: a necessidade de aprofundar o nexo entre democracia urbana e covitalidade*, ou seja, de qualificar e acelerar as interações entre democracia urbana, relações sociais transformadoras e dinâmicas virtuosas e duradouras de covitalidade urbana.

Falar de democracia urbana implica falar dos atores que 'fazem cidade', das relações que estes estabelecem entre si e dos contextos em que os diferentes atores agem, interatuam, decidem e influenciam a construção do futuro.

A verdade é que as cidades são feitas no dia-a-dia por um vastíssimo leque de atores, individuais e coletivos, institucionais e informais, locais e externos. E estes atores não só regem a sua relação com a cidade por valores, interesses, necessidades e preferências que podem ser convergentes, contraditórios ou antagónicos, como têm capacidades muito desiguais de voz, influência, participação e deliberação sobre a cidade e os seus

futuros. Os contextos político-institucionais e socioculturais, por sua vez, ditam condições de possibilidade diferenciadas de participar, co-imaginar e fazer cidade a esses vários atores, nuns casos ignorando vozes e capacidades existentes, noutros, pelo contrário, estimulando processos de inclusão e valorização de vozes diversificadas, capacidades desiguais, prioridades distintas.

Contrariar os vários fatores de deslaçamento social e remover as múltiplas barreiras à interação exigem, por si só, um esforço imenso. Mas ainda assim esse esforço é, por si só, insuficiente para despoletar dinâmicas virtuosas e duradouras de covitalidade urbana. Chegamos, então, à *quarta mensagem: necessitamos de cidades vividas, co-imaginadas e construídas a partir de uma democracia urbana regeneradora*, que seja simultaneamente:

- . *Policêntrica* nos processos de decisão, isto é, em que estes decorrem não só dos procedimentos canónicos da democracia representativa, mas também de mecanismos mais inovadores e diversificados, associados a práticas de democracia participativa e deliberativa, em combinações e intensidades variáveis de acordo com os temas e os atores em jogo;

- . *Poliédrica* nas escalas de transformação, desde a cidade do dia-a-dia, vivida no quotidiano, à visão sistémica de cidade, isto é, considerando-a no seu todo e nas suas relações com a região envolvente, com outros lugares do país e com diferentes parcelas do mundo; e

- . *Polimórfica* nos modos de intervenção, ou seja, diversificada em termos de processos, instrumentos e domínios de ação.

Para cada uma destas dimensões é possível eleger um aspeto-chave para a construção de uma democracia urbana regeneradora:

- i) *As inovações democráticas* (orçamentos participativos, mini-públicos por sorteio, referendos e iniciativas de cidadãos, etc.), como forma de tornar os processos de decisão efetivamente mais policêntricos;

- ii) *A visão ou projeto de cidade*, como enquadramento prospetivo e estratégico capaz de dar coerência às distintas escalas a que ocorrem as transformações desejadas; e
- iii) *A governança urbana participada, colaborativa e adaptativa*, como modo de garantir uma coordenação eficiente e flexível das diferentes intervenções na cidade e dos atores envolvidos.

Estes elementos constituem, porventura, os ingredientes decisivos para a emergência de cidades de esperança.

Comentário final

Desde os anos 60 do século passado que somos alertados de que “o futuro não se prevê, constrói-se”. Ora, também a esperança se constrói ou, numa metáfora talvez mais adequada, se semeia. E as cidades, apesar de todas as contradições e tensões que as caracterizam, são o melhor solo para essa sementeira. Neste caso, contudo, a qualidade do solo não se mede através de variáveis químicas, físicas e biológicas, como o pH, a textura ou o tipo de bactérias presentes, mas sim em função de valores sociais, prioridades económicas e opções políticas.

Por outro lado, é habitual dizer-se que os solos em Portugal são, em geral, pobres e pouco profundos, exigindo o recurso a técnicas proactivas de regeneração. Também neste caso a metáfora se aplica: a democracia urbana no nosso país é insuficientemente rica e profunda. Estimular uma democracia urbana regeneradora nos moldes acima referidos é uma boa via para desencadear dinâmicas de covitalidade virtuosas e duradouras, contribuindo para a construção de cidades de esperança.

Mais do que ter esperança nas cidades, como se elas assegurassem por si só, e de modo mais ou menos garantido, prosperidade para todos, é necessário criar condições que permitam que a esperança germine, cresça e floresça nas nossas cidades - mesmo em contextos de crises sistémicas e transições complexas como os que hoje defrontamos.

Como o fazer? Esse é o debate para o qual procurámos contribuir e que importa alargar numa ótica de abertura a diferentes vozes e distintas perspetivas.